

Revogação do sursis

@beatriznamiestudies

Revogação obrigatória: art. 81 CP

Se o condenado já estava sendo processado por outro crime ou se cometeu outro delito após ter iniciado o período de prova da suspensão condicional, tal fato fará com que este seja prorrogado até o julgamento definitivo.

Se sobrevivendo nova condenação por crime doloso, o sursis será revogado

A segunda hipótese de revogação obrigatória ocorre quando o condenado frustra a execução de pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano. Não é a simples ausência de reparação do dano que fará com que o sursis obrigatoriamente seja revogado, mas sim a não reparação por motivos injustificados.

Se o condenado, em razão da sua atual condição financeira, não tiver recursos suficientes para efetivar a reparação dos danos por ele causados, não haverá revogação.

A terceira hipótese de revogação obrigatória refere-se ao descumprimento no primeiro ano de prazo da obrigação de prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana imposta ao sursis simples.

Revogação facultativa: § 4º art. 81 CP

a) descumprimento de qualquer condição sursitária;

b) condenação irrecoorrível, por crime culposos ou por contravenção, à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

Antes de proceder a revogação, deverá o juiz designar audiência de justificação, à fim de que o condenado tenha oportunidade para justificar o descumprimento das condições.

Se o cumprimento das condições: se o condenado estiver respon-



dendo a outras ações penais, não poderá o julgador decretar a extinção da pena, pois se o beneficiário tiver sendo processado por outro crime ou contravenção, considera-se prorrogado o prazo da suspensão até o julgamento definitivo.